

PLANO DE GOVERNO MARCELO BELINATI 2016

PREMISSAS

Visão integral e de futuro com participação do cidadão e da cidadã, das instituições e dos diversos setores da sociedade na construção coletiva da cidade que queremos rumo a Londrina 2034.

Gestão integrada, eficaz e proativa que promova o desenvolvimento humano e econômico, com respeito ao meio ambiente, visando a qualidade de vida e oportunidades para todos.

Contribuir para que Londrina avance rumo a uma cidade sustentável em todas as dimensões: econômicas, sociais, ambientais, territoriais, culturais e política, promovendo a governança compartilhada, proativa, plural, democrática e transparente, com foco na solução na origem, promovendo o estímulo a participação do cidadão e da cidadã na gestão pública e na construção coletiva da cidade.

Promover a integração regional, com vistas ao desenvolvimento sustentável, por meio do estímulo à criação de Agência de Desenvolvimento Regional Sustentável e do Consórcio Público Intermunicipal das cidades conurbadas de Londrina.

Promover a Gestão Territorial com ênfase no Zoneamento Ecológico Econômico e na Gestão pelas Águas.

VISÃO DA GESTÃO PÚBLICA

As sucessivas gestões públicas, inclusive a atual, reproduziram um modelo ultrapassado em princípios e forma de atuação que excluem o cidadão e a cidadã da governança da cidade. O poder público já não atende as crescentes demandas sociais e insiste em desconsiderar a grande força da sociedade em sua governança. O povo nas ruas em diversas manifestações tem externado este desejo de mudança na forma de gerir a coisa pública.

Londrina que em sua origem foi ousada e inovadora, com espírito de união e participação, que criou com a vontade de vencer, mecanismos e instituições que colocaram as sabedorias, conhecimentos e recursos a serviço da construção coletiva da cidade, foi aos poucos desconsiderando essa força, por várias razões, causando desestímulos à participação das

pessoas e instituições. Os conselhos municipais por exemplo, têm dificuldade de atuação e deixam de contribuir e exercer seu importante papel. É preciso colocar novamente a inteligência a serviço do desenvolvimento sustentável. Cabe ao governo criar o ambiente favorável para contribuição e participação voluntária na governança do interesse público.

O Poder Executivo que, em tese, deve atender os interesses da comunidade por meio das políticas públicas, acaba sempre de maneira autocrática decidindo sozinho ou com pequeno grupo, escanteando, dessa forma, a participação popular. As audiências públicas são invariavelmente feitas para referendar as políticas formuladas de forma isolada pelo Poder Executivo, validando o que já foi decidido e dando um ar democrático de participação popular.

Londrina deve ter uma gestão pública corajosa que estimule a participação de todos que queiram colaborar e não tenha medo de inovar. É preciso superar o improviso, e o planejamento é o melhor caminho. Virar o jogo de uma gestão meramente reativa para uma gestão proativa, moderna, que planeje, estabeleça metas e compromissos, que promova transparência em suas ações, faça aferições constantes de indicadores, fiscalize e promova o controle social. Uma gestão que promova a sinergia e intersectorialidade entre seus órgãos visando maior eficiência e eficácia das políticas públicas formuladas com a sociedade.

É preciso aproveitar melhor o quadro de servidores e prepará-los sempre para melhoria dos serviços prestados.

É necessária uma reforma administrativa que modernize e agilize a gestão e propicie melhores resultados, com mais eficiência e eficácia e tenha como foco o cidadão e a cidadã londrinenses e os nossos servidores públicos.

Garantir bons resultados e serviços de qualidade exigem uma administração que planeje e que seja transparente e eficiente, com o uso racional dos recursos públicos, gestão com metas e resultados planejados.

É preciso uma gestão pública capaz de liderar de forma democrática e participativa para que voltemos a trilhar caminhos promissores e tenhamos um novo ciclo de desenvolvimento sustentável.

Queremos um desenvolvimento sustentável que gere emprego, trabalho e renda, com oportunidades para todos, que potencialize os recursos naturais, infraestruturais e humanos, que estabeleça novos

rumos e coloquem Londrina conectada regional, nacional e internacionalmente, num ambiente preservado com qualidade de vida e altos índices de satisfação da comunidade. Queremos uma cidade participativa e articulada que desenvolva as capacidades individuais e coletivas, onde a inteligência esteja a serviço da construção coletiva.

Não basta ser honesto, e isso é uma obrigação. Não basta fingir que é transparente, é preciso ser. Não basta dizer que é democrático, é preciso exercitar e promover a gestão democrática, com estímulos à participação e ao controle social.

DIAGNÓSTICO PROPOSITIVO SETORIAL

Sem o objetivo de esgotar o assunto, mas servindo de pontapé inicial para uma discussão mais ampliada e propositiva, devemos num primeiro momento avaliar através de um diagnóstico a situação atual e perspectivas das demandas futuras e propor programas, projetos e ações para cada setor da administração pública e sua interssetorialidade com os demais segmentos. Nosso objetivo é abrir o debate e contribuir para a construção de uma nova governança da Cidade.

CONSTRUÇÃO DO PLANO DE GOVERNO

Realização de oficinas temáticas nos diversos segmentos: Gestão Territorial; Planejamento Urbano, Mobilidade, Meio Ambiente e Gestão pelas Águas (Resíduos, Saneamento, Drenagem, Arborização, Parques Públicos), Agricultura e Desenvolvimento Rural e Integração Regional. Gestão Pública na Saúde, Educação e Formação, Segurança, Direitos Humanos, Igualdade Racial, Assistência Social, Idoso, Mulher, Juventude, Esporte, Segurança Alimentar e Nutricional, Ciência e Tecnologia, Desenvolvimento Econômico, Direitos Humanos, Cultura e Turismo. Todas com visão de futuro e políticas integradas.

PLANEJAMENTO E GESTÃO TERRITORIAL

Londrina e cidades conurbadas tem propiciado a atração de novos moradores a cada ano. Sua atratividade tem provocado um crescimento acelerado e dinâmico que requer uma atenção redobrada ao planejamento. Este fenômeno de migração das pequenas cidades periféricas para os grandes e médios centros urbanos, à procura de

oportunidades necessitam de Plano Estratégico integrado regionalmente para que não se repitam os mesmos erros das cidades metropolitanas, em especial no terceiro mundo e no Brasil. As demandas sociais crescentes e a falta de planejamento, levam invariavelmente a perda de qualidade de vida e deterioração do ambiente físico, humano e natural. O Planejamento Territorial deve ser regional e integrado.

Londrina tem um papel fundamental no desenvolvimento regional e não pode se furtar de exercer sua natural liderança no processo de articulação visando o desenvolvimento regional sustentável. Londrina e região devem exercer papel de protagonistas do desenvolvimento deixar a condição de meros coadjuvantes das políticas do governo do estado e da união.

Esta articulação regional deve ser construída envolvendo o poder público, sociedade civil organizada, setor produtivo, instituições públicas e privadas objetivando a promoção do desenvolvimento sustentável. A conectividade do mercado regional com o mercado globalizado é estratégica para o desenvolvimento sustentável de toda região e devemos buscar na região, alternativas para a construção de infraestrutura adequada para instalação de sítio aeroportuário para cargas e passageiros com capacidade de fomentar o desenvolvimento regional sustentável.

Devemos implantar o Consórcio Público de Desenvolvimento Regional e a Agência de Desenvolvimento Regional Sustentável da Região de Londrina, entidade de direito privado, sob forma de associação, sem fins lucrativos, ambas com o objetivo de serem promotoras e guardiãs dos interesses regionais.

O planejamento territorial sustentável pressupõe estar em consonância em todas as dimensões da sustentabilidade; social, econômica, ambiental, cultural, espacial e política. Sem qualquer uma dessas “pernas” da sustentabilidade o planejamento fica capenga e não atende aos seus objetivos.

Se queremos um desenvolvimento sustentável e harmônico, precisamos de revertermos a lógica da gestão pública, até então praticada, que tem ficado a reboque das necessidades crescentes, sequestrada pela realidade e sem ação propositiva, onde a prioridade acaba sendo de “apagar incêndios” e “tapando buracos”. O Planejamento é a saída. É preciso se antecipar e para tanto deve ser realizado de maneira participativa, com visão integral e de futuro como premissa para

garantir sua eficácia e evitar problemas decorrentes do crescimento desordenado.

Cabe ao governo propiciar o ambiente favorável, buscando sempre potencializar os ativos existentes a serviço do desenvolvimento sustentável.

Se queremos sustentabilidade humana e social, necessitamos de inclusão social, educação, saúde, lazer, segurança, geração de oportunidades para todos, aliada a moradia com qualidade e mobilidade com acessibilidade, propiciando qualidade de vida. A construção da paz se faz todos os dias e em todos os momentos da vida comunitária. O ambiente de paz, necessária para uma comunidade feliz, é a soma de todos os fatores que promovam a condição humana com dignidade e que potencialize as capacidades pessoais e comunitárias.

Se queremos sustentabilidade ambiental, é fundamental a gestão por bacias hidrográficas com o envolvimento da comunidade, com foco na preservação e melhoria da qualidade da água e do patrimônio hídrico regional. Políticas públicas que promovam a preservação das águas são estratégicas.

Se buscamos desenvolvimento econômico, precisamos gerar emprego, trabalho e renda para todos, potencializando nossos ativos de produção e de serviços, sejam eles recursos naturais, recursos humanos e infraestruturais. É imperiosa a ação proativa do gestor público no desenvolvimento com foco na oportunidade para todos. O estímulo para geração e desenvolvimento da micro e pequena empresa deve ser prioridade da política pública, propiciando o empreendedorismo em todas as camadas sociais. A gestão pública deve ser facilitadora desse processo. Londrina precisa construir o ambiente de atratividade que a torne objeto de desejo para instalação de indústrias de todo porte, mudando totalmente a cultura para atração de empresas até hoje implementadas por várias gestões. A construção de parques industriais e a conectividade com o mercado nacional e globalizado deve ser implementada. A construção de complexo aeroportuário que sirva a toda região, que contemple as atuais necessidades técnicas, permitindo um fluxo seguro de passageiros e cargas aéreas com o mundo globalizado deve ser implementada.

Há necessidade de estabelecer o Zoneamento Ecológico e Econômico, aliado a um processo produtivo que agregue valor a produção agrícola produzida regionalmente. Hoje, somente no município de

Londrina, mais de 70 % de suas terras agricultáveis são subutilizadas e não cumprem sua função social, deixando de gerar renda e oportunidades. É necessário desenvolver planos, programas e ações para o desenvolvimento rural sustentável, agregando valores, propiciando canais de comercialização e estimulando ações associativas que promovam o Desenvolvimento Rural. As sucessivas gestões nessa área se limitaram na conservação da malha viária rural e o fizeram de maneira equivocada, sem preocupação com a drenagem que continuamente assoreou nossos cursos d'água e sem o devido envolvimento dos proprietários rurais. Deixamos de lado a conservação dos solos e precisamos urgentemente retomá-las. Para o desenvolvimento econômico dos distritos rurais, as políticas públicas para a agricultura, são de fundamental importância. O turismo rural deve ser fomentado, gerando muitas oportunidades e propiciando a interação do cidadão com seu território, estimulando assim o sentimento de pertença e necessidade de preservação do patrimônio natural. A construção de “mirantes do território” nos distritos rurais pode ser uma das alternativas para o fomento ao turismo rural.

SAÚDE

Londrina tem gestão plena da saúde pública desde o final dos anos 90. A Prefeitura é responsável direta ou indiretamente por todo atendimento na área de saúde. Possui um Conselho Municipal da Saúde ativo e democrático que tem nas conferências de saúde um espaço de participação e de decisões.

Segundo a recente pesquisa de percepção realizada pelo Fórum Desenvolve Londrina e publicada em seu último caderno de indicadores, a Saúde está em primeiro lugar entre os aspectos que causam mais preocupação na cidade de Londrina.

Vários fatores contribuem para a insatisfação do usuário do sistema de saúde, mas a principal delas é o sofrimento das pessoas que necessitam do serviço de saúde. Superlotação com filas e falta de leitos (em especial leitos de UTI); hospitais terciários que fecham as portas para o SUS; carência de profissionais médicos para atender a demanda e em especial em algumas especialidades e filas para consultas e cirurgias eletivas.

A rede municipal conta com dezenas de unidades básicas de saúde (UBSs), tanto na área urbana quanto na área rural. Urgências e

emergências são atendidas nas UBSs: Jardim Leonor, Maria Cecília, União da Vitória.

Somam-se às UBSs as duas Unidades de Pronto-Atendimento (UPAs); Centro de Atendimento Psicossocial Infantil (CAPS infantil), Centro de Atendimento Psicossocial Adulto (CAPS adulto), Centro de Atendimento Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS álcool e drogas) aos Centros de Especialidades Odontológicas; Laboratório de Análises Clínicas (CENTROLAB); Policlínica Municipal, Pronto Atendimento Municipal (PAM), Pronto Atendimento Infantil (PAI) e Sistema de Internação Domiciliar (SID)

Além das estruturas físicas, o município possui Unidades Móveis de Saúde, Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), com ambulâncias para atendimento básico e para atendimento avançado; e Serviço Integrado de Atendimento ao Trauma em Emergência (SIATE).

O quadro de servidores da saúde é bem diversificado. Ele é qualificado e considerado de ótimo nível. A capacitação permanente, deverá promover a integração e participação na formulação de políticas públicas na construção de projetos terapêuticos que levem à resultados mais eficazes.

As infraestruturas municipais existentes são em grande medida razoáveis e requerem avanços em especial nas áreas psicossociais. Necessita-se ampliar e fortalecer ações de Saúde Mental na Rede de Atenção Básica de Saúde e potencializar as equipes do CAPS, especialmente para a tratamento de usuários de Álcool e Drogas e implantar o Serviço Residencial Terapêutico, Unidades de Acolhimento e implementar os Consultórios na Rua.

Para a atenção às urgências é necessário aumentar o quantitativo de ambulâncias do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), garantindo serviço de manutenção preventiva e corretiva eficiente dos veículos, além de aumentar o número de Unidades de Pronto-Atendimento (UPAS 24H), pré-hospitalares, distribuídas de acordo com as necessidades das regiões. É necessário, o planejamento preventivo, com enfoque de risco, estabelecendo prioridades dos serviços especializados de urgência, como ferramenta para reorientação da demanda eventual.

É imperioso, qualificar a gestão das UBS, nas ações de regulação do acesso a Atenção Básica e nas ações de vigilância à saúde nos territórios, além de consolidar a rede de cuidados por meio dos programas de promoção da saúde, prevenção de doenças e qualidade de vida,

garantindo a acessibilidade nos serviços públicos para todos os diferentes ciclos de vida, incluindo os deficientes.

É necessário definir, junto às especialidades cirúrgicas, estratégias para redução das filas de cirurgias eletivas. É necessário também, aumentar a oferta de especialistas.

O investimento em Saúde Preventiva, no Programa de Saúde da Família (PSF), no atendimento domiciliar e no Sistema de Internação Domiciliar (SID) devem ser retomados. É necessário reestruturar o SID, integrando às UBS, evitando a ocupação desnecessária de leitos hospitalares, dando mais conforto e humanização ao paciente e seus familiares, com equipes de assistência completas. O número de equipes de Saúde na Família deve ser ampliado, objetivando 100% de cobertura.

O PSF e o SID em Londrina já receberam prêmios por sua atuação. O enfraquecimento do PSF e do SID contribuem para a falta de leitos, a superlotação de prontos-socorros e o aumento da fila das especialidades, entre outros problemas. Medidas como essas contribuirão em muito para melhoria dos serviços públicos na área de saúde.

A Central de Medicamentos necessita de melhorias na estrutura física e promover a integração de informações entre as farmácias, unidades de saúde e almoxarifado para maior controle e eficiência.

Os equipamentos de Tecnologia de Informação e Controle precisam urgentemente serem aprimorados. O atual sistema de cadastro de pacientes precisa ser aprimorado através da informatização. Hoje as fichas dos pacientes nos postos de saúde, são de papel e suas informações não estão integradas e, portanto, desconectadas com as demais unidades.

Desde 2010 foi criado o Saúde Londrina Setorial (SALUS) que tem como finalidade a melhoria da qualidade dos serviços de saúde. Foi uma iniciativa promovida pelo Fórum Desenvolve Londrina, Associação Médica de Londrina e SEBRAE. Participam várias entidades ligadas ao setor que juntas realizaram um diagnóstico do setor de saúde regional e apontou um Plano Estratégico para traçar ações que resultem melhores serviços, com melhor projeção dos prestadores de serviços e, conseqüentemente, maior satisfação dos usuários. O Plano prevê a acreditação, conjunto de normas de nível internacional que visa a excelência no setor. A acreditação é uma exigência da Agência Nacional de Saúde (ANS) que estabelece a implantação de procedimentos e critérios para inclusive definir as taxas cobradas pelos planos de saúde. “O foco é o paciente. A sistematização e a otimização dos serviços resultam na qualidade

desejada”. Este é um bom exemplo de ações setoriais articuladas da sociedade civil a serviço do coletivo. Este é o caminho.

Incentivar a participação popular e dos setores da sociedade civil organizada no Conselho Municipal de Saúde (CMS), garantindo a participação dos trabalhadores e gerentes dos serviços de saúde no processo de planejamento e execução dos programas, projetos e ações na saúde, realizando periodicamente conferências e plenárias regionais.

Assegurar uma gestão participativa e eficaz do SUS e melhorar os mecanismos de informações, análises e controles dos indicadores de saúde da Secretaria Municipal de Saúde e do CMS, de forma sistemática e uniforme em todos os níveis do sistema de saúde, assegurando as informações consolidadas de forma transparente para maior controle social, visando a excelência da gestão na área de saúde.

Também destacamos aqui alguns tópicos a serem implantados ou melhorados:

- A reabertura do Pronto Atendimento Municipal (PAM), fechado durante a inauguração da UPA do Jardim do Sol;
- Readequação do Laboratório de Análises Clínicas (CENTROLAB) em uma estrutura adequada;
- Fortalecimento e agilização do atendimento aos Excepcionais, ao lado do PAM;
- Criação de uma Central de Exames, que concentrará os pedidos realizados para as especialidades médicas;
- Volta do atendimento das UBSs até as 19h, oportunizando saúde de qualidade a todos os trabalhadores;
- Criação do Centro de Controle de Zoonoses (CCZ).

SEGURANÇA

Londrina conta com um efetivo da Polícia Militar aquém de sua necessidade além de não poder contar com todos os ativos, afastados e em férias. A situação da Polícia Civil é semelhante. Seus policiais, além do trabalho investigativo, têm que cuidar dos presos nos distritos policiais superlotados. É necessária a contratação de novos agentes de segurança.

A partir do ano 2010 foi criada a Guarda Municipal para preencher a lacuna da demanda reprimida de agentes de segurança. A partir de 2015 a Guarda Municipal passou a andar armada. Apesar deste reforço na

segurança pública, Londrina mantém índices de violência inaceitáveis. A Organização Mundial da Saúde (OMS) determina o número aceitável de 10 homicídios por 100 mil habitantes e este coeficiente atingiu 17,12 em 2014 segundo o Departamento de Polícia Civil do PR 10ª Subdivisão Policial de Londrina ou seja 70 % a mais que o aceitável pela OMS.

É evidente que a segurança pública precisa ser repensada e reestruturada e devem ter abrangência e articulação regional. As cidades vizinhas conurbadas possuem os mesmos problemas. A integração das polícias deve sair do papel e se efetivarem. Apesar da atribuição da segurança por força de lei ser atribuição do Estado, os diferentes governos municipais da região devem liderar as resoluções das questões de segurança que afetam a todos. O papel de liderança do prefeito de Londrina na articulação com demais prefeitos da região é fundamental para que juntos possamos articular com os Governos, Federal e Estadual, criando soluções integradas a nível regional. Devemos para tanto, estruturar um gabinete de gestão integrada de segurança coordenado pela Secretaria de Defesa Social do Município de Londrina, com a participação de representantes da sociedade civil organizada, dos Conselhos Municipais de Segurança e autoridades da segurança pública das três esferas de poder.

A Secretaria de Defesa Social do Município deverá implantar o Plano Municipal de Segurança Pública, elaborado com participação popular e atores que militam na área, estabelecendo diretrizes, metas e indicadores da área da segurança e da justiça.

A segurança solidária entre vizinhos deve ser estimulada e apoiada pelo poder público, utilizando-se de ferramentas de vigilância eletrônica e comunicação via internet, conectadas com a polícia, com o propósito de contribuir com o sistema integrado de segurança.

O combate ao tráfico de drogas ilícitas, o tratamento de dependentes de álcool e outras drogas são necessários e exigem ações estratégicas, enérgicas e urgentes. Estes fatores têm contribuído em muito a desagregação das famílias e de cidadãos sendo uma das principais fontes de violência e morte de adolescentes.

Naturalmente políticas públicas de inclusão social, educação, esporte, lazer, promoção social, contribuem em muito para promover a cidadania e diminuir a violência propiciando o resgate social e da dignidade humana.

EDUCAÇÃO

A qualidade da educação depende, fundamentalmente, do professor valorizado e estimulado com remuneração adequada, formação continuada, inclusive aos professores das entidades filantrópicas que atuam nos centros de educação infantil. As condições de trabalho, com escolas bem equipadas e estruturadas, em ambientes saudáveis, com tecnologias adequadas e inovadoras propiciando o acesso universal a alunos e professores também são necessárias para garantir a excelência na educação. A aproximação das escolas com as famílias e as comunidades em seu entorno é de fundamental importância e deve ser estimulada.

A rede municipal de educação em Londrina é grande, composta de unidades escolares nas regiões urbana e rural, assim como possui Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI) e Centros de Educação Infantil (CEIs), administrados por entidades filantrópicas. Ou seja, o setor contempla e atende desde a educação infantil, ensino fundamental e educação de jovens e adultos (EJA).

Para isso, possui um quadro de pessoal também bastante diversificado com profissionais que atendem a todas as necessidades. A formação continuada dos docentes necessita ser retomada em outras bases, com ênfase na apropriação crítica e permanente do conhecimento pelos alunos.

A educação em tempo integral continua pouco avançada. A forma e condições em que ocorre a chamada educação integral estão muito longe do ideal a que se propõe, cumprindo em sua maioria a função de “preencher o tempo da criança”.

Sem o envolvimento dos professores e comunidade no planejamento, formulação e aplicação do Programa de Educação Integral, dificilmente avançaremos para atingir seus objetivos. A reformulação completa deste importante programa de educação infantil é necessária e urgente sendo necessário avaliar estratégias, estabelecer planos, metas e ações para universalizar o acesso e atender corretamente seus objetivos de formação.

A falta de creches e vagas para atender a demanda já é crônica em Londrina. É necessário expandir a rede de CEIs e melhor qualificar seus serviços. É necessário mais verbas, melhor gestão e apoio às creches administradas por entidades filantrópicas. A reformulação da educação infantil é uma tarefa importante e estratégica para a melhoria dos resultados na educação do município e deve estar articulada com o ensino

fundamental e com o ensino médio de responsabilidade do governo do estado.

A participação dos atores que militam no setor com as diversas instituições públicas e privadas na elaboração de Plano Estratégico da Educação, com o estabelecimento de metas e indicadores de avaliação, deve ser estimulada pela Secretaria de Educação, criando o ambiente necessário para formulação das políticas públicas, visando a excelência na gestão compartilhada, com foco na melhor formação e preparação dos alunos usuários do sistema público de educação.

A educação empreendedora cujo objetivo pedagógico é desenvolver no aluno o espírito empreendedor, aliada à formação de cidadania e estímulo a ação voluntária para o coletivo, deve ser ampliada e universalizada.

A cidade de Londrina recebeu no passado o importante prêmio de “Cidade Amiga das Crianças”. Hoje não possui nenhum parque infantil. Mais uma conquista que se desfez e se perdeu com o tempo. O parque infantil estimula o uso dos espaços públicos para o lazer, ajuda na socialização da criança, leva o adulto a frequentá-lo e contribui para necessidade de preservação do patrimônio público.

Se queremos uma cidade mais justa, participativa e solidária, comecemos pela educação de nossas crianças!!

ESPORTE E LAZER

O Esporte e o Lazer são importantes alavancas do desenvolvimento integral do ser humano. Contribuem de forma complementar a educação e a formação de jovens e adultos.

A Constituição Brasileira garante a todos os cidadãos e cidadãs, o acesso ao esporte e lazer como um direito social, sem distinção de capacidades, habilidades, cor, raça, etnia, sexo, idade ou condição social, sempre a luz dos preceitos de “cidadania”, “diversidade” e “inclusão”.

Em Londrina somente algumas modalidades de esporte são organizadas e apoiadas pela Fundação de Esportes que, com sua pouca estrutura e recursos financeiros e humanos, não consegue atender a demanda de todos os projetos de interesse da comunidade.

O apoio do poder público, em muitos casos, não chega às comunidades que ficam sem a opção de lazer e esporte. Muitos espaços

públicos, em especial na periferia que possuem quadras esportivas, estão danificados e sofrem ações de vandalismo e deixam de cumprir sua função social.

Com a perspectiva de melhor formar para cidadania, o governo municipal deve promover, incentivar e desenvolver Plano Estratégico, Programas e Ações em conjunto com a comunidade visando a popularização da prática esportiva das diversas categorias, inclusive para os deficientes.

A participação do cidadão na formulação das políticas públicas para o esporte e lazer deve ser estimulada. A criação do Conselho Municipal de Esporte e Lazer deve sair do papel e ser implantado.

É necessária uma atuação intersetorial no esporte e no lazer, em ações transversais com a educação, meio ambiente e assistência social, desenvolvendo o esporte em todas as suas dimensões: escolar, amadora, olímpica, profissional, inclusiva e social. Para o esporte de alto rendimento devemos incentivar e articular parcerias com o setor privado.

A canoagem, por exemplo, é uma modalidade esportiva que deve ser estimulada como prática esportiva estratégica. A região de Londrina possui cerca de 600 km de rios, córregos e ribeirões navegáveis e a preservação deste patrimônio hídrico é de fundamental importância. Com o estímulo a esta prática esportiva, cria-se a necessidade de preservá-lo e aumenta o controle social na defesa do patrimônio hídrico do município e região. Pode servir de uma atuação complementar ao contra turno nas escolas. Na área urbana, nas escolas municipais, junto aos lagos existentes, há possibilidade de instalar, base para formação de atletas e usuários da canoagem. A canoagem e outras modalidades de barcos de lazer levam as pessoas ao uso dos parques urbanos que possuem lagoas. Os lagos Igapó 1, 2 e 3 e Lago norte, oferecem condições seguras para sua rápida implantação e popularização da canoagem no Município. Londrina que já sediou a Seleção Brasileira de Polo Aquático, seu time amador foi várias vezes campeão brasileiro e até hoje, serve de base da seleção. A sede da seleção deixou Londrina e a canoagem não tem atualmente, nenhum incentivo. Somente a OSC Patrulha das Águas e o late Clube de Londrina contribuem para formação e estímulo a esta prática esportiva.

Os Lagos Igapó 1,2,3 e 4, cartão de visita da cidade, estão assoreados e seus parques lineares necessitam de revitalização para atender à crescente procura por este importante centro de lazer. O mesmo acontece com os Lagos Norte e Cabrinha. Nestes parques,

devemos estimular empresas para explorarem atividades náuticas como aluguel de pedalinhos e diferentes tipos de barcos, como equipamentos de lazer para população. A modernização e ampliação dos espaços públicos de esporte e lazer em todas as regiões da cidade de Londrina, inclusive nos distritos rurais e da estrutura da Fundação de Esporte de Londrina, aliada ao aumento de recursos financeiros, ampliação e reestruturação dos recursos humanos, é fundamental para o desenvolvimento sustentável do esporte e lazer em Londrina.

Os espaços públicos, praças e parques devem ser preservados e adequados às necessidades de cada região, cumprindo sempre sua função social.

Em toda a cidade de Londrina, que já foi considerada “Cidade Amiga das Crianças”, e nos distritos rurais, praticamente não há parques infantis, importante equipamento social, que movem crianças e adultos a frequentarem estes espaços, propiciando sua preservação e a integração da comunidade.

Para obtenção de recursos, ampliaremos o Fundo de Incentivo a Projetos Esportivos e também estimularemos a aplicação da Lei Nacional de Incentivo ao Esporte. Resumidamente nossa política para o esporte e lazer se pautará nas seguintes ações:

- Buscar parcerias em programas governamentais do Estado e da União para obtenção de recursos financeiros, projetos esportivos e realização de eventos esportivos de grande porte na cidade de Londrina;
- Estimular a parceria do governo municipal com a comunidade para implantação de equipamentos e infraestruturas para esporte e lazer;
- Integrar e coordenar ações de esporte e lazer com as políticas de educação, meio ambiente, habitação, assistência social, cultura e saúde;
- Incentivar e articular parcerias com o setor privado para o esporte de alto rendimento;
- Implantar, adequar e modernizar a infraestrutura física e administrativa de espaços públicos para esporte e lazer nas áreas urbanas e rurais;
- Incentivar e apoiar entidades que promovem e executam programas esportivos, de recreação, de lazer e comunitários;

- Implantar parques infantis em todas as regiões da cidade e nos distritos rurais;
- Promover a participação da comunidade na gestão dos espaços públicos;
- Implantar o Conselho Municipal de Esporte e Lazer.

MEIO AMBIENTE

O Meio Ambiente não esteja na pauta dos principais problemas da comunidade é, sem dúvida, uma das questões primordiais e um dos pilares da sustentabilidade. As diversas administrações públicas não deram a atenção necessária ao Meio Ambiente. Em diversos países crescem o movimento por cidades sustentáveis. No Brasil mais de 300 municípios já participam do movimento “Cidades Sustentáveis” que visa a sustentabilidade em todas as dimensões. Londrina deve participar ativamente e construir os caminhos necessários para alcança-la.

Apesar de na década de 50, nos primórdios da construção de Londrina, os fundos de vale terem sido preservados por lei, garantindo o desenho urbano atual, os mesmos continuam sendo mal utilizados e sistematicamente degradados. Nossos córregos urbanos e rurais sofrem ameaças constantes. A Gestão Territorial preconizados no “Programa Ecometrópole” e “Ecocidade de Londrina”, por bacias hidrográficas, que garanta a preservação das águas, é imperiosa e urgente.

A cidade de Londrina já foi destaque nacional, recebendo prêmios por projetos como o “Rio da Minha Rua” cujo objetivo é a sensibilização e conscientização da população para preservação do patrimônio hídrico e criar o sentimento de pertença. Pouco se fez, apesar do esforço de OSCs como a Patrulha das Águas, Meio Ambiente Equilibrado e o Movimento Ecometrópole. O poder público teima em dar as costas.

Cabe ao governo criar políticas públicas e o ambiente favorável para ampla participação de todos os agentes, poder público, população, instituições e setor produtivo na transformação socioambiental necessária para preservar o maior patrimônio regional: os nossos recursos hídricos. Só na zona urbana de Londrina há 84 cursos d’água que, preservados, constituem um importante ativo diferencial de qualidade de vida.

Um dos maiores contaminantes do patrimônio hídrico são os resíduos sólidos gerados no meio urbano. O recente Plano de Saneamento de Londrina, que atende a Lei Federal, contemplando o fornecimento de

água, coleta e tratamento de esgoto, drenagem urbana, coleta e tratamento de resíduos sólidos, resíduos da construção civil, compostagem dos orgânicos, varrição, poda e limpeza de bueiros, precisa ser implantado, garantindo sua autosuficiência. É necessário recursos próprios para atender a lei. A atual taxa de coleta de resíduos não atende minimamente suas necessidades. A coleta e destinação adequada dos resíduos gerados pela comunidade precisam ser aprimoradas com a aplicação de logística, educação informação das leis existentes, fiscalização e controles adequados. O cidadão ou cidadã deve ser responsabilizado, assegurando a correta destinação dos resíduos gerados e deve coparticipar do sistema de coleta e destinação. Os resíduos devem ser sempre vistos como insumos de processos produtivos e toda a logística deve ser para sua reutilização. Desde 2010, foi implantada no Brasil a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), que visa garantir a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, operação reversa e o acordo setorial. Assim, é tarefa de minimizar o volume de resíduos sólidos e adotar práticas que assegurem que os produtos sejam reintegrados ao ciclo produtivo. A população em geral deve fazer a sua parte, mas o poder público deve reestruturar a logística de coleta que permita a correta participação do cidadão no processo e melhor aproveitamento dos resíduos sólidos. A solução deve ser sempre na origem, aliada a boa informação, responsabilização das pessoas, logística adequada, fiscalização e recursos financeiros.

No meio rural, as estradas que não levam em conta a drenagem que preserve os rios e córregos, aliada ao uso indiscriminado de agrotóxico entre outros, tem sistematicamente deteriorado nossos cursos d'água.

A drenagem urbana necessita de planejamento, projetos e ações para que deixem de produzir assoreamento e deterioração dos cursos d'água existentes na zona urbana. A impermeabilização crescente, que tem levado ao aumento da quantidade de água encaminhada para rede de drenagem e por consequência produzindo alagamentos, exige um plano de ação e medidas de correção como maior infiltração no imóvel e captação de água das chuvas. Os bueiros devem reter folhas e demais objetos que possam entrar no sistema de drenagem. As construções, públicas ou privadas necessitam de medidas que evitem sujar seu entorno e de maiores controles para evitar que seus resíduos encaminhem para o sistema de drenagem e, por consequência, nossos cursos d'água. Medidas de prevenção de enchentes e alagamentos, decorrentes da mudança climática exigem a revisão de códigos de construção, readequação do sistema de drenagem para garantir mais resiliência de infraestruturas

fundamentais contra inundações. Na proteção da comunidade contra os impactos dos desastres climáticos é necessária a revisão no manejo da arborização no meio urbano, evitando quedas de galhos e árvores.

O Plano de Arborização deve ser implantado em sua plenitude e a participação da comunidade deve ser estimulada.

O saneamento urbano deve ser visto com maior responsabilidade. O maior contaminante de nossos recursos hídricos é o sistema instalado de tratamento de esgotos e efluentes no município. Embora Londrina tenha um sistema de coleta que atende a quase totalidade da região urbana, as estações de tratamento são primárias e poucas secundárias devolvendo aos rios, onde estão instaladas, uma enorme quantidade de contaminantes, em especial, coliformes fecais em níveis muito acima dos padrões considerados adequados pela OMS. O processo de renovação do contrato vigente com a SANEPAR, feito sem a participação das Organizações da Sociedade Civil e outros agentes que poderiam contribuir em muito na construção da Política de Saneamento do município de Londrina e região precisa ser revisto. As audiências públicas e discussões técnicas da forma como se realizaram, apenas legitimaram um processo dito democrático e participativo, dando ares de processo democrático. É necessário o envolvimento de instituições e do público com capacidade de contribuir na construção da política pública de saneamento e para isso o papel de articulação do conhecimento, inteligência e sabedoria, cabe aos governantes envolvidos, objetivando a excelência da gestão regional compartilhada para o saneamento.

A Política Municipal do Meio Ambiente não pode prescindir da participação de toda a comunidade na construção coletiva de nova cultura socioambiental que preserve o meio em que vivemos, objetivando desenvolvimento com o cuidado necessário para garantir qualidade de vida para todos, hoje e sempre.

Neste contexto nossas ações seguirão diretrizes contidas na Política Municipal Ambiental, definidas no Plano Diretor e nas ações sugeridas pela comunidade nas conferências Municipais, nos Programas Ecometrópole e Ecocidade Londrina; conforme a seguir especificadas:

- Criar políticas públicas e ambiente favorável para ampla participação de todos os agentes (poder público, população, instituições e setor produtivo), na transformação socioambiental necessária para preservação dos recursos hídricos;

- Estimular os serviços voluntários e associativistas em prol da gestão compartilhada;
- Garantir independência e apoiar o Conselho Municipal do Meio Ambiente assim como os demais conselhos dotando-os de estrutura de organização e funcionamento para que possam exercer seu importante papel na gestão compartilhada;
- Implantar a Gestão Territorial pelas Águas, por Bacias Hidrográficas, promovendo a preservação permanente dos recursos hídricos;
- Implantar o Plano de Saneamento Básico em todas suas dimensões (fornecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, drenagem urbana, coleta e tratamento de resíduos sólidos, resíduos da construção civil, compostagem dos orgânicos, varrição, poda e limpeza de bueiros);
- Ampliar a rede de saneamento básico;
- Ampliar a área abrangida pelo serviço de coleta de lixo;
- Implantar a drenagem urbana sustentável em todo município;
- Readequação e desobstrução das galerias pluviais acompanhada de trabalho de conscientização da comunidade sobre a sua utilização e conservação;
- Estabelecer nova base legal relativa a resíduos sólidos, disciplinando os fluxos dos diferentes resíduos e os diferentes fatores;
- Implantar um Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos que contemple a valorização de resíduos por meio da reciclagem e reaproveitamento, com a participação efetiva do cidadão (ã);
- Implantar Programa de Coleta Seletiva, centrais de logística reversa e novos pontos de entrega voluntária e estímulo ao cooperativismo;
- Estabelecer política de regulamentação e revitalização dos fundos de vales com a participação da população, entidades e iniciativas privadas;
- Realizar através de parcerias e concessões, melhorias nos espaços públicos como praças e outras áreas de lazer promovendo arborização, ajardinamento, iluminação, instalações de equipamentos urbanos, lixeiras, parques infantis, na área urbana e rural;
- Implantar sinalização Ambiental;

- Fortalecer e implementar programas de preservação e recuperação das nascentes urbanas e rurais;
- Dar a destinação adequada aos resíduos sólidos produzidos na área rural, com especial atenção aos resultantes do uso de insumos agrícolas;

DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E INOVAÇÃO

Londrina tem vocação e ativos instalados, tais como universidades, e centro de pesquisas e formação, que possibilitam um posicionamento diferenciado no cenário global como uma referência na produção de conhecimento, na geração de inovação e na criação de oportunidades que contribuam para o desenvolvimento sustentável da cidade e região.

Paralelo à geração de conhecimento e formação qualificada e capaz de gerar conhecimento, Londrina e região, com seu capital técnico e tecnológico instalados, necessita melhor aproveitar e potencializar seus ativos de conhecimento, criando mecanismos de atração e retenção de técnicos e empresas com base tecnológica, valorizando e colhendo frutos do capital gerado localmente.

Cabe ao Poder Público criar um ambiente favorável e articular com a iniciativa privada estimulando à produção de conhecimento científico e tecnológico, objetivando colocar o conhecimento gerado a serviço do desenvolvimento sustentável. Para tanto deve promover a inovação e geração de oportunidades e estimular a formação empreendedora com a criação de mecanismos e medidas institucionais (Leis municipais, programas de incentivos fiscais, financiamento reembolsáveis e não-reembolsáveis, programas de subvenção econômica, capital de risco, capital semente e microcrédito) para apoiar empresas que desejem inovar.

A cidade e região deverão articular ações junto aos governos municipais, estadual e federal, sistematizando de forma inteligente a oferta e a aplicação dos instrumentos necessários ao apoio às empresas inovadoras.

Envolvendo todos os atores da “Sociedade do Conhecimento e Inovação”, é necessário desenvolver Plano Estratégico, Programas e Ações de curto, médio e longo prazo para nos reafirmemos de maneira

diferenciada no cenário nacional e mundial como “Polo Tecnológico e Científico”.

Esse processo inicia-se na formação básica e para tanto devemos qualificar os docentes através de formação continuada para que possamos construir o ambiente e a cultura da inovação e empreendedorismo.

Visando disseminar e fortalecer a cultura do empreendedorismo, Londrina deverá inserir disciplinas voltadas à prática empreendedora na matriz curricular de todos os níveis educacionais. Os cursos profissionalizantes, técnicos, tecnológicos e superiores deverão estar alinhados com as demandas atuais e futuras dos mercados, visando favorecer o surgimento de novos empreendimentos em Londrina e região.

A carreira de pesquisador deverá ser valorizada de forma que os quadros de docentes almejem se tornar pesquisadores e participar do processo de transformação local por meio da produção de conhecimento científico e tecnológico.

Para o contínuo aproveitamento e geração de novas oportunidades, necessitamos realizar estudos prospectivos de tendências e oportunidades nas mais diversas áreas e setores em conjunto com as instituições de ensino e formação de capital humano para atender às necessidades atuais e de setores portadores de futuro para Londrina e região.

Para usufruir plenamente do potencial de seu capital humano, institucional, técnico e tecnológico, Londrina deverá criar a Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Essa secretaria em conjunto com o conselho municipal de CT&I e instituições de formação e pesquisa, deverão elaborar o Plano Estratégico e a agenda local de planejamento e implementação de programas e ações que garantam a infraestrutura e recursos necessários para o desenvolvimento da CT&I para nos posicionar de maneira diferenciada no cenário nacional e mundial como “Polo Tecnológico e Científico”.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INDUSTRIAL

O Município de Londrina tem em sua vocação, o Setor de Serviços, que acaba mobilizando a maior parte da mão de obra local e regional. A última grande ação de industrialização da cidade ocorreu durante a Gestão 1997-2000, quando vieram para a cidade, por exemplo, a Atlas e a

Dixie Toga, os dois últimos grandes empreendimentos. Desde então, as empresas atraídas estão mais voltadas à prestação de serviço e comércio.

Estes dois setores são muito importantes, mas por conta da falta de políticas voltadas à manutenção da industrialização de Londrina, a cidade estacionou no seu crescimento e, conseqüentemente, na atração de novos empreendimentos e, principalmente, na geração de emprego e renda.

É preciso retomar este programa, juntamente com o Fórum Desenvolve Londrina, associações de classe empresariais e de trabalhadores, através de uma política de gestão e desenvolvimento sustentável.

A seguir, alguns tópicos a serem trabalhados em conjunto com a sociedade organizada na elaboração deste Plano de Governo voltado ao Desenvolvimento Econômico e Industrial:

- Criar estruturas e mecanismos favoráveis à ampliação do trabalho, emprego e renda, permitindo a consolidação da cidadania bem como a sua divulgação, preferencialmente, em diversas regiões;
- Fomentar o surgimento de novas centralidades econômicas e incrementar as existentes, visando à distribuição espacial adequada dos serviços e oportunidades de trabalho e emprego;
- Incentivar o cooperativismo e associativismo urbano e rural, facilitando a aquisição de insumos e equipamentos, bem como a comercialização da produção;
- Promover cursos de qualificação e capacitação da mão-de-obra na área urbana, incluindo os distritos e a zona rural;
- Estimular a celebração de convênios entre o Poder Público e as empresas, para aumentar a geração de empregos à população local;
- Incentivar o desenvolvimento dos micro, pequenos e médios agentes econômicos, pela capacitação técnica e gerencial;
- Estimular as instituições públicas e privadas a oferecerem qualificação e requalificação profissional compatíveis com as demandas do mercado;]
- estabelecer parcerias entre agentes públicos e privados;
- Promover atrativos turísticos e econômicos na área urbana, inclusive nos distritos e na zona rural;

- Fortalecer ao processo de industrialização municipal;
- Dotar e melhorar a infraestrutura necessária para o escoamento dos produtos produzidos em Londrina para outros grandes centros;
- Estabelecer políticas que permitam a implantação de Portos Secos que funcionem e ajudem no desembarço alfandegário dos produtos produzidos por Londrina ou mesmo matéria-prima comprada por empresas instaladas no Município;
- Buscar medidas que permitam melhor e maior aproveitamento da mão de obra formada pelos centros universitários instalados na cidade.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O Município de Londrina tem uma função estratégica importante no Desenvolvimento Regional e, principalmente, na união de todos os municípios vizinhos. Trabalhar este potencial, dentro da Região Metropolitana de Londrina, é uma função importante e urgente. E Londrina tem que ter este papel de grande articulador em prol deste desenvolvimento que passa por diversas áreas.

Atualmente, Londrina é a cidade-polo de uma região que congrega mais de um milhão de habitantes, concentrando a maior parte da infraestrutura utilizada pelos municípios de menor porte, que passam pela saúde, educação, cultura, lazer, emprego, indústria e comércio.

Paralelo a tudo isso é preciso trabalhar a implantação do Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional Sustentável – Arco Norte, denominado simplesmente de PDS – Arco Norte, bem como as perspectivas decorrentes de sua implantação.

Este é um plano de desenvolvimento sustentável atuando em todos os eixos e dimensões: econômico, social, ambiental, cultural, espacial e político. A gestão do território potencializará todos os ativos instalados na região, sejam eles de caráter naturais, infraestruturais, recursos humanos, econômicos, tecnológicos, científicos, ambientais e institucionais. Seu desenvolvimento se dará a partir da preservação do Patrimônio Hídrico, ou seja, Gestão pelas Águas, de acordo com novos objetivos de desenvolvimento sustentável, estabelecidos pela ONU em 2015.

As principais ações e estratégias a serem trabalhadas:

- Implantação da Agência de Desenvolvimento Regional Sustentável Arco Norte;
- Gestão territorial compartilhada por bacias hidrográficas, seguindo recomendações da Agenda 21 e novos desafios do milênio estabelecidos pela ONU em 2015;
- Promoção da implantação do complexo aeroportuário de cargas e passageiros no Aeroporto Governador José Richa;
- Promoção da implantação de infraestruturas aeroportuárias, parque tecnológico e parques industriais;
- Estímulo para iniciativas e engajamento da sociedade civil e instituições;
- Gestão proativa com soluções inovadoras;
- Plano de ação integrado envolvendo o poder público, municipal, estadual e federal, instituições, empresas e cidadãos;
- Implementação integrada de políticas públicas tanto do governo federal quanto estadual e governos municipais;
- Desenvolver mecanismos de monitoramento e avaliação dos planos, programas e projetos de âmbito regional;
- Estabelecer ações integradas para equacionamento de problemas comuns, estimulando a participação da comunidade;
- Promover a integração do transporte público coletivo urbano com o metropolitano, e sistema viário entre as cidades que compõem a Região Metropolitana de Londrina;
- Controlar o processo de urbanização dispersa, através do incentivo à ocupação de vazios urbanos e áreas já parceladas e implementar políticas de preservação de áreas de mananciais e de áreas com atividades agrícolas; e
- Orientar a ocupação urbana nas áreas limítrofes a outros municípios, em atuação conjunta com municípios integrantes da Região Metropolitana de Londrina, visando diminuir a intensidade da conurbação e perda da identidade municipal.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

É preciso promover a articulação e a integração entre o Poder Público, os segmentos sociais organizados e rede de serviços não governamentais que atuam na área de assistência social.

- Desenvolver ações voltadas à inclusão produtiva, sob uma ótica solidária, como forma de proporcionar oportunidades de renda à população que não tem acesso ao mercado de trabalho, promovendo o acesso às seguranças de sobrevivência, rendimento, autonomia e convívio;
- Trabalhar no fortalecimento da Rede de Economia Solidária, agrupando as entidades que trabalham no setor e fomentar a criação de mais grupos que possam atuar nele;
- Aprimorar e sustentar o Programa da Economia Solidária e seus vários conveniados, já em funcionamento;
- Fortalecer os Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, como referência territorial na condução da política de assistência social em âmbito local, garantindo sua implantação, estruturação e manutenção nos territórios, de acordo com a leitura das vulnerabilidades do município;
- Incrementar Centros de Referência Especializada de Assistência Social, entendidos como equipamentos voltados à prestação de serviços de média complexidade, para atender as pessoas e famílias que se encontram em situação de fragilidade social e pessoal, mas que não tiveram os vínculos familiares rompidos;
- Estruturar os serviços considerados prioritários, no âmbito da proteção social básica e especial, pautados na matricialidade familiar e na territorialização;
- Ampliar e implementar o trabalho e a metodologia de atendimento a famílias na Proteção Social Básica e Especial;
- Desenvolver a gestão dos benefícios assistenciais advindos das três esferas de governo;
- Fomentar a prestação dos serviços, programas, projetos e benefícios, pela rede governamental e não governamental, por meio do Fundo Municipal de Assistência Social, com controle do Conselho Municipal de Assistência Social e cofinanciamento pelas três esferas de governo; e

- Incentivar as ações e iniciativas da sociedade civil voltadas à melhoria da qualidade de vida do público-alvo da política de assistência social.

CULTURA

O Município de Londrina tem, em sua história, tradição na criação e desenvolvimento de projetos de cultura, mobilizando a sociedade e gerando atrações com eventos de prestígios nacional e internacional, como o Festival Internacional de Teatro (FILO), o Festival de Música de Londrina (FML), que durante as suas apresentações atraem os olhos do meio para a cidade.

Mas Londrina não vive apenas destes dois eventos, tendo outras estruturas igualmente importantes, também trabalhando e desenvolvendo outros trabalhos junto com a comunidade, principalmente a mais carente.

Para este setor, elaboramos os seguintes tópicos a serem trabalhados e aprimorados durante a gestão:

- trabalhar em conjunto com a comunidade escolar, visando desenvolver programas de artes, de cultura e de solidariedade;
- Criar mecanismos, instrumentos e incentivos voltados à preservação do patrimônio cultural do Município;
- Manter incentivos financeiros para programas culturais; e
- Implementar equipamentos culturais, em todas as regiões da cidade que possuam ambientes para a conservação da memória regional e local, bibliotecas “infantil, adulto e outras”, auditórios e salas para alfabetização, leitura e inclusão digital dos cidadãos.

POLÍTICA MUNICIPAL DA MULHER

- Dar continuidade às ações do Programa Municipal de Prevenção e Enfrentamento à Violência contra a Mulher e aos projetos que o compõem;
- Garantir e proteger os direitos das mulheres em situação de violência;

- Assegurar atendimento integral, qualificado e humanizado às mulheres em situação de violência, considerando as questões étnico-raciais, geracionais, de orientação sexual, de deficiência e de inserção social e econômica;
- Dar continuidade às ações do Programa Municipal de Inclusão e Estudo de Gênero nas Políticas Públicas e aos projetos que o compõem; e
- Dar continuidade às ações do Programa Municipal de Formação Profissional Feminina e aos projetos que o compõem.

HABITAÇÃO

- Realizar o diagnóstico das condições de moradia no município, identificando seus diferentes aspectos, de forma a quantificar e qualificar os problemas relativos às moradias em situação de risco, aos loteamentos irregulares e às áreas de interesse para preservação ambiental ocupadas por moradia em bairros com carência de infra-estrutura, serviços e equipamentos;]
- Atuar em conjunto com o Estado, a União, a Caixa Econômica Federal ou com órgãos por eles designados, para a criação de um banco de dados de uso compartilhado, com informações sobre a demanda e oferta de moradias, programas de financiamento, custos de produção e projetos;
- Agilizar a aprovação dos empreendimentos de interesse social, estabelecendo acordos de cooperação técnica entre os órgãos envolvidos;
- Formular e executar os programas municipais de regularização fundiária;
- Promover a intervenção pública nos assentamentos precários, com vistas a garantir sua integração à cidade formal e ao conjunto de benefícios urbanos disponíveis.

GESTÃO DEMOCRÁTICA

- Reestruturar e implantar o sistema municipal de gestão e planejamento;
- Descentralizar os processos decisórios;

- Dotar as unidades operacionais do governo de competência técnica e capacidade financeira para o exercício de suas funções;
- Aperfeiçoar os sistemas de arrecadação, cobrança e fiscalização tributárias;
- Promover condições efetivas para garantir a participação popular nos processos de decisão;
- Atuar de forma articulada com outros agentes sociais, parceiros ou órgãos governamentais, sobretudo nas ações de maior impacto social e econômico; e
- Assegurar transparência nas ações administrativas e financeiras, inclusive, mediante divulgação regular de indicadores de desempenho.

PARTICIPAÇÃO POPULAR

- Valorizar as entidades organizadas e representativas como legítimas interlocutoras da comunidade, respeitando a sua autonomia política;
- Fortalecer os Conselhos Municipais e distritais como principais instâncias de assessoramento, consulta, fiscalização e deliberação da população sobre decisões e ações do governo municipal;
- Apoiar e promover instâncias de debates abertos e democráticos sobre temas de interesse da comunidade;
- Consultar a população sobre as prioridades quanto à destinação dos recursos públicos;
- Elaborar e apresentar os orçamentos públicos de forma a facilitar o entendimento e o acompanhamento pelos munícipes;
- Assegurar acessibilidade ao Sistema Municipal de Informações;
- Apoiar e participar de iniciativas que promovam a integração social e o aprimoramento da vida comunitária;
- Criar canais de participação da sociedade na gestão municipal da política urbana;
- Garantir eficiência e eficácia à gestão, visando à melhoria da qualidade de vida;

- Instituir um processo permanente e sistematizado de detalhamento, atualização e revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Londrina; e
- Monitorar e fiscalizar os instrumentos urbanísticos e os programas e projetos aprovados.

ESTRUTURAÇÃO RURAL

- Dar a destinação adequada aos resíduos sólidos produzidos na área rural, com especial atenção aos resultantes do uso de insumos agrícolas (fertilizantes, agroquímicos, sementes tratadas ou não, etc.);
- Estimular o cooperativismo, o associativismo e o processo de agregação de valor e empreendedorismo rural;
- Avaliar as oportunidades de geração de emprego e renda resultantes da adequação ambiental das propriedades na Zona Rural;
- Promover a adequada manutenção das estradas rurais, bem como a criação de novas vias, facilitando o escoamento da produção agrícola e o acesso da população rural às centralidades do município;
- Incentivar a conservação do solo através de medidas de orientação, capacitação e informação dos produtores rurais;
- Incentivar os produtores de hortifrutigranjeiros bem como promover o desenvolvimento de estratégias que permitam seu acesso prioritário ao abastecimento e comercialização locais.

ESTRUTURAÇÃO URBANA

- Estruturar o uso do solo urbano, a partir das bacias hidrográficas, de forma a proporcionar o controle da qualidade ambiental com a utilização de indicadores de qualidade da água;
- Promover a distribuição de usos e a intensificação do aproveitamento do solo, de forma equilibrada, em relação à infraestrutura, aos transportes e ao meio ambiente, de modo a evitar sua ociosidade ou sobrecarga, otimizar os investimentos coletivos, de forma a atender aos interesses e necessidades da população atual e projetada;

- Evitar a segregação de usos, promovendo a diversificação e mescla de usos compatíveis, de modo a reduzir os deslocamentos da população e equilibrar a distribuição da oferta de emprego e trabalho na cidade;
- Manter o centro histórico com a preservação da memória histórica, cultural e arquitetônica;
- Planejar as áreas mortuárias dentro do espaço urbano.

(Este texto base é preliminar e tem como objetivo contribuir para construção de um Plano de Governo de Marcelo Belinati a ser aprimorado e elaborado coletivamente pela sociedade organizada durante o Processo Eleitoral)